

Luta, resistência e uma nova estratégia de não alinhamento

SAM MOYO
PARIS YEROS

De que maneira o Imperialismo de hoje é diferente dos imperialismos do passado? E que estratégias são capazes de enfraquecê-lo?

Os elementos mais básicos do imperialismo contemporâneo têm sido amplamente analisados. Eles consistem da formação de um imperialismo coletivo, um evento sem precedentes, a corrente internacionalização da produção, o refinanciamento do capital monopolista e a contínua agressão militar, muito depois do fim da Guerra Fria. Segundo evidenciado, as mudanças econômicas em curso minaram o imperialismo coletivo, abalando sua vitalidade econômica e sua paz social doméstica, obrigando-o a reforçar externamente seu projeto militar e, internamente, sua ofensiva de classes. Como resultado concreto disto advém uma nova onda de tomada de recursos naturais e novas intervenções militares nas periferias, acompanhadas pelo enfraquecimento dos pactos sociais no centro do sistema.

Está claro que a grande rivalidade sistemática da Guerra Fria não teve, de fato, nenhum vencedor entre as superpotências. A União Soviética pode ter sido a primeira a sucumbir, mas o desastre agora também é iminente nos centros. Na verdade, o único avanço concreto da última metade de século foi a descolonização

SAM MOYO

Diretor Executivo do Instituto
Africano para Estudos Agrários.
sam_moyo@yahoo.com

PARIS YEROS

Professor de Economia
Internacional na Universidade
Federal do ABC, em São Paulo.
parisyerros@yahoo.co.uk

ARTIGO ORIGINALMENTE
PUBLICADO EM INGLÊS NO SITE
<[HTTP://WWW.PAMBAZUKA.ORG](http://WWW.PAMBAZUKA.ORG)>,
EM MARÇO DE 2013.

e a emergência do Sul. Isto marcou o começo do fim do sistema surgido em 1492.

A emergência do Sul apresentou um novo conjunto de desafios. Durante a Guerra Fria, a Conferência de Bandung delineou uma série coerente de objetivos, que consistia de total descolonização, desenvolvimento econômico e “não alinhamento” positivo. Este último significava, especificamente, a não participação nos blocos militares das superpotências e a capacidade de analisar cada relação externa em seus próprios méritos, de acordo com seus interesses nacionais.

Ainda como observado, a emergência do Sul também trouxe um novo conjunto de contradições. A internacionalização da produção continuou a diferenciar o Sul entre as periferias, semi-periferias e, agora, semiperiferias “emergentes”. Uma das questões-chave é qual seria o papel das semiperiferias, especialmente as “emergentes”, no sistema. No passado, as semiperiferias eram vistas como válvulas de segurança sistêmicas através das quais o capital monopolista escoava sua produção para áreas onde a mão de obra e a matéria-prima são mais baratas.

Na Guerra Fria, a política da válvula de segurança ganhou uma expressão geoestratégica na Doutrina Nixon-Kissinger, cujo propósito era selecionar parceiros no Sul que atuassem como “procuradores” na expansão econômica regional e na estabilização político-militar. Raramente esta política falhou, como ocorreu no Irã. O “representante” mais precioso, e o é ainda hoje, era Israel, porém havia outros importantes, como é o caso do Brasil, onde o fenômeno foi denominado “subimperialismo”, ou seja, uma tentativa de ir além das funções de esteira da semiperiferia.

O referido termo chamou atenção para uma nova contradição, não apenas entre periferias e semiperiferias, mas também entre os centros e as semiperiferias emergentes da época, a despeito da sua orientação ideológica – o Brasil era comandado por uma ditadura de direita.

A contradição permaneceu sem antagonismos, até que o regime militar ultrapassou seus limites ao negociar um acordo nuclear com a Alemanha Oriental e reconhecer a independência de Angola. Com isso, a ditadura foi abandonada pelos Estados Unidos, em um momento de grande mobilização interna das massas.

Neste contexto, a transição foi controlada por meios financeiros e outros meios políticos, levando a uma eventual “reconversão” desta semiperiferia para um *playground* financeiro neoliberal desnacionalizado.

O termo também chamou atenção para o fato de que qualquer emergência que ocorresse sob a égide do capitalismo monopolista e sua dominação financeira e tecnológica seria baseada na superexploração da mão de obra local, ao invés de basear-se nos pactos sociais característicos dos centros imperialistas.

Foi esta relação interna que intensificou a dependência externa, criando a necessidade de novos mercados importadores para bens manufaturados vindos das semiperiferias e para o exercício de uma influência político-militar regional, a fim de resolver a crise crônica de obtenção de lucros.

De modo geral, a subseqüente “reconversão” das semiperiferias produziu efeitos contraditórios, por meio dos quais um processo de privatização, maior abertura para o exterior e a desnacionalização acentuaram conflitos internos de classes, embora também tenha levado à formação de novos blocos econômicos gigantes de capital doméstico, que estão, uma vez mais, competindo por um lugar ao sol.

Eles já não procuram mais exportar apenas bens manufaturados, mas também capital. As semiperiferias “emergentes” estão engajadas até nas “novas lutas” por terras e recursos naturais na África. Claro, eles também são objeto de lutas, o que não é um paradoxo, dadas as persistentes incorporações destas semiperiferias em monopólios externos.

Uma questão foi levantada acerca de as novas semiperiferias “emergentes” serem estabilizadores regionais essencialmente subservientes, ou uma força antagônica ao imperialismo. Segundo alguns afirmam, a emergência coletiva destas semiperiferias significa uma diversificação dos parceiros econômicos no Sul com reverberações no sistema corrente.

Deveríamos, então, concluir que as burguesias semiperiféricas se tornaram, inadvertidamente, antissistêmicas? Conforme outros argumentam, a emergência simultânea de uma boa quantidade de grandes semiperiferias, especialmente a China, ressalta a contradição sistêmica involuntária, mas terminal, da qual o

sistema capitalista mundial não se recuperará. Assim, deveríamos concluir, de maneira similar, que o sistema está seguindo um curso histórico progressivo?

Não podemos depositar nossas esperanças nem nas novas e brilhantes burguesias nem nas leis históricas inexoráveis. A questão mais urgente é política, e se refere ao tipo de alianças necessárias para se estabelecer uma oposição ao imperialismo, sobretudo enquanto ele avança com seu projeto militar. Assim, deveríamos também nos perguntar: todas as semiperiferias são igualmente subservientes ou antagonistas ao imperialismo? Elas têm diferenças estruturais que manifestam diferentes tendências políticas?

Na verdade, elas têm diferenças significantes entre si. Por exemplo, o Brasil e a Índia são impulsionados principalmente por blocos de capital privado, com forte apoio financeiro público, em conjunção com capital financeiro de origem ocidental; já a China tem uma participação mais forte e autônoma de empresas e bancos estatais.

Enquanto isso, na África do Sul é cada vez mais difícil falar de uma burguesia doméstica autônoma de qualquer espécie, dado o extremo grau de desnacionalização e reconversão por que o país tem passado no período pós-apartheid.

O grau de participação da África do Sul no projeto militar ocidental também é diferente de um caso para outro, embora a “esquizofrenia” – alguns podem dizer, “típica do subimperialismo” – seja inerente a tudo isso. Ironicamente, o Estado mais reconvertido, a África do Sul, assinou um pacto de defesa regional mútuo, efetivo contra a interferência militar ocidental no sul da África, enquanto continua a funcionar como uma esteira para os interesses econômicos ocidentais no continente.

Neste prisma, a Índia tem cada vez mais se alinhado com a estratégia dos Estados Unidos, especialmente no campo nuclear, porém a resistência interna continua sendo significativa. O Brasil, não menos esquizofrênico que seus parceiros, denuncia golpes na América do Sul enquanto zelosamente lidera a invasão do Haiti pós-golpe sob patrocínio estadunidense. Contudo, a Rússia permanece sendo uma potência impeditiva no Conselho de Segurança das Nações Unidas, estando cada vez

mais distanciada da OTAN. Já a China é o mais claro contraponto ao Ocidente, consistentemente exercendo completa autonomia estratégica, a despeito da sua evidente dependência de mercados e monopólios estrangeiros.

As formas de relacionamento da China com a África não são menos diversas ou contraditórias. De fato, todos, inclusive a China, são beneficiários da intervenção neoliberal nas economias africanas, conduzidas desde a década de 1980 sob a égide do Ocidente e suas agências multilaterais.

Ainda assim, todos eles mantêm alta sensibilidade em assuntos de soberania nacional, mesmo ainda havendo uma questão racial em todo o ambiente, com tendências paternalistas no tocante à África. Além do mais, existe potencial para a quebra do monopólio em determinados setores – e, por conseguinte, do sufocamento exercido pelo Ocidente – especialmente pela China e suas estratégias de óleo-por-infraestrutura e de financiamento do comércio.

Dadas as tendências e contratendências desta conjuntura, é preciso se retomar a estratégia do não alinhamento em novos termos. Ao fazer isso, é imperativo se evitar a “equivalência” ideológica entre o imperialismo ocidental e as semiperiferias emergentes, cuja expressão mais clara são os ataques e críticas à China.

O que quer se faça com as novas semiperiferias, elas certamente não são os principais agentes do imperialismo, e nem estão militarizando suas políticas externas. Elas nem mesmo são nações internamente coesas, em face da atual superexploração na qual se baseia sua extroversão.

Sem dúvida, o primeiro princípio em um novo não alinhamento deveria ser a não participação no projeto militar das superpotências restantes, ou seja, os Estados Unidos, bem como seus parceiros juniores na OTAN e sua iniciativa no Africom.¹ O segundo princípio é a elaboração de uma estratégia que respeite tanto os aspirantes a jogadores quanto aqueles que já estão

1 Nota do Tradutor: O Africom é o comando militar estadunidense, designado pelo Departamento de Defesa, responsável pelas estratégias dos Estados Unidos em 53 países africanos.

envolvidos na luta, de modo a permitir maior grau de manobra para o desenvolvimento nacional.

Poucos países na África têm usado o atual espaço de manobras na conjuntura presente tendo em vista o progresso social e econômico; e quando eles o fizeram, foram geralmente rotulados de “corruptos” ou “tiranos” pelo Ocidente. O Zimbábue, país que foi mais longe na quebra de monopólios e no estabelecimento de uma política pragmática de não alinhamento (de fato, uma política nomeada “Olhe para o Leste”) tem sido um dos mais menosprezados por exercer esta política.

Contudo, o novo não alinhamento implica não apenas resistir ao Ocidente militarmente e “olhar para o Leste/Sul”, mas também estabelecer condições para todas as relações externas. Tal resistência só pode ser efetivada mediante estratégias coletivas nos níveis continental e sub-regional.

O estabelecimento de pactos de defesa mútuos, como no sul da África – um pacto que tem sido protegido pela radicalização do Zimbábue –, constituiria um bloco elementar fundamental, como também o fariam novas formas de integração regional, além de uma integração comercial regulamentada, o que ainda está por surgir.

Tradução: Camila Alves da Costa